

**TRABALHO E CULTURA EMPREENDEDORA NO BRASIL E NOS PAÍSES
ANGLO-SAXÔNICOS: MITOS E VERDADES**

**WORK AND ENTREPRENEURIAL CULTURE IN BRAZIL AND IN ANGLO-SAXON
COUNTRIES: MYTHS AND TRUTHS**

ME. DALMO DUQUE DOS SANTOS¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estimular a discussão sobre verdades e mitos da cultura empreendedora e do trabalho no Brasil e nos demais países americanos de origem europeia. Dessa forma, comparamos as culturas ibérica e anglo-saxônica por meios das suas origens e características desenvolvidas no antigo sistema colonial, entre os séculos XVI e XIX.

Palavras-chave: cultura histórica comparada; trabalho e empreendedorismo; mentalidade empreendedora; cultura brasileira e cultura anglo-saxônica.

ABSTRACT

This article has as objective to stimulate the discussion about the truths and myths of entrepreneurial culture and work in Brazil and in other American countries of European origin. And so, we compare the Iberica and Anglo-Saxon cultures through their origins and developed characteristics in the old colonial system, between XVI and XIX centuries.

Keywords: compared historical culture; work and entrepreneurship; entrepreneurial mentality; Brazilian culture and Anglo-Saxon culture.

1 INTRODUÇÃO

Os mitos afirmam que os brasileiros são antipáticos ao trabalho. De acordo com pesquisas sociológicas essa antipatia é produto da escravidão ocorrida no período colonial e até hoje influencia nossa mentalidade e nossos costumes.

¹ Mestrado em Comunicação e Cultura. Bacharel e Licenciado em História. Licenciado em Pedagogia. Prof. da UNIBR – dalmoduque@ibest.com.br – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5223634969449903>

Segundo tais estudos, nas regiões nas quais a escravidão foi explorada de forma sistemática, o trabalho não é visto como atividade social sadia e geradora de prosperidade, a não ser pelos exploradores de mão-de-obra.

Os efeitos sociais e culturais do trabalho compulsório, nessa perspectiva analítica, deixaram marcas profundas não somente na cultura brasileira, mas na América espanhola e também no hemisfério Norte, nas colônias de exploração, mantidas pela Inglaterra. Naquelas regiões, o trabalho passou a ser visto como punição, obrigatoriedade social e não como fonte de satisfação pessoal e prosperidade.

2 O SENTIDO DA ESCRAVIDÃO

No Brasil colonial, período de 1530 a 1808, a exploração do trabalho compulsório foi a base desse sistema socioeconômico, uma forma primitiva de capitalismo. Primeiro explorou-se a mão-de-obra indígena, logo substituída pelo trabalho escravo africano. Dessa forma, se desfaz o mito da indolência indígena, o qual não conseguiu se adaptar ao trabalho obrigatório e que o negro africano era dócil, mais forte e mais adequado à lavoura. Essa substituição de mão-de-obra foi, por um lado, uma necessidade econômica adaptada aos interesses ideológicos da Igreja, e, por outro, uma imposição político-mercantil dos dominadores sobre os dominados dos sistema colonial.

Nesse sentido, o africano foi introduzido no Brasil por força do comércio triangular (Europa, África e América) cuja viga-mestra dos lucros era o tráfico negreiro. Este, por seu alto poder financeiro, impunha a mão-de-obra africana como forma de compor um conjunto de investimentos aplicados nas lavouras de açúcar. Os traficantes financiavam o plantio, as instalações do engenho, o transporte e a distribuição do açúcar nos mercados europeus, em troca dessa exclusividade na compra de escravos.

Para a Igreja, a escravização africana não era tão incompatível com a ideologia cristã, pois estes, seguindo uma interpretação teológica de conveniência, não possuíam alma e eram refratários à salvação. Já os indígenas eram puros, e poderiam, como Adão e Eva, serem catequizados e transformados em almas

católicas, como provaria o sistema educacional dos jesuítas que atuavam na América do Sul.

É certo que a catequese possuía métodos questionáveis, como o “Crê ou morre”, aplicado pelos colonizadores espanhóis, o que no Brasil e no Paraguai teve uma conotação educativa mais humanista, logo expurgada pelos colonizadores os quais viam os jesuítas como obstáculo à livre exploração humana. Essa polarização, escravidão africana e dominação europeia, gerou em nosso país a conhecida figura antropológica do mulato, fruto social da miscigenação entre brancos, indígenas e negros (mamelucos, cafuzos e mulatos). O mulato, filho do senhor de engenho com uma escrava, quando atingia a adolescência gozava de alguns privilégios velados, porém reconhecidos, sobretudo quando se tratava de um varão. Este não tinha as obrigações regulares do escravo, exatamente porque não era negro; e também não tinha as responsabilidades dos senhores, porque não era branco. Assim, o mulato, de ambos os sexos, torna-se uma figura marginal, relativamente livre, de costumes informais, e que se espalharia na forma de hábitos e costumes em diversas regiões com o crescimento da miscigenação. Este ficaria conhecido popularmente como caboclo, calunga, caiçara, pirangueiro e sertanejo. O mulato também funda socialmente a ideologia da malandragem numa terra que, segundo o cronista Antonil, era o paraíso dos brancos e o inferno dos negros: aquele que pode viver bem sem necessariamente ter que trabalhar.

3 O SIGNIFICADO DO TRABALHO

Com o fim da escravidão e o advento do trabalho assalariado, marcas do nosso capitalismo industrial tardio, a malandragem adquire mais ainda a força de uma defesa social. Herdada da escravidão, passa a ser utilizada como arma ideológica dos novos oprimidos contra a exploração do trabalho informal nas ruas e também do trabalho operário, realizado nas fábricas e estabelecimentos urbanos. O trabalho, visto culturalmente como coisa de escravo, continua recebendo denominações depreciativas como “trampo”, “batente”, “cambão” (lavoura que o escravo cultivava diariamente depois de uma jornada de dezesseis horas de trabalho na lavoura do senhor) e muitas outras, as quais variam segundo a linguagem regional.

Trabalho é coisa de escravo e não de gente de bem. A preguiça, supostamente herdada do indígena, passa a ser também um forte traço cultural e elemento de defesa contra os abusos da exploração. Se o trabalho produz riqueza apenas para quem explora mão-de-obra, não vale a pena ir além do necessário à sobrevivência e, preferencialmente, num ritmo no qual o tempo seja abatido lentamente até que a jornada diária e seus intervalos sejam igualmente superados. Esta seria, segundo essa mesma linha analítica, uma das causas que explicam a forte atração dos brasileiros pelo serviço público, atividade mais tolerante às nossas características culturais. Isso também ocorre nos Estados Unidos, onde os descendentes de escravos são – não somente por fatores socioeconômicos – maioria nos cargos públicos, atividade a qual é mal vista pelos rigores competitivos da cultura anglo-saxônica.

Um exemplo da permanência dessa cultura da malandragem e da preguiça, depois da extinção da escravidão e o surgimento do trabalho assalariado, são os conflitos trabalhistas, os quais no Brasil são popularmente apelidados com denominação típica do período da escravidão. Quando um empregado discorda do tratamento recebido pelo patrão ou mesmo quer se vingar de algum tipo de injustiça da qual se vê como vítima, imediatamente procura um advogado especializado e “coloca o patrão no pau”, exatamente como fazia o senhor de escravos ao punir os cativos pela suas falhas, incluindo a mais grave de todas, ou seja, a fuga. A preguiça e a fuga, tal qual a malandragem, vistas pelos sociólogos como uma defesa cultural contra a exploração do trabalho, não foram herdadas somente pelos trabalhadores, mas também pelos empreendedores que, ao mesmo tempo, manifestam características do mau patrão (herdadas dos senhores de escravos), como também dos maus empregados (herdadas dos cativos rebeldes e seus algozes feitores). Nesse último caso, há também um velho costume escravagista em reprodução que, ao escolher os feitores para vigiar os escravos ou contratar os capitães de mato para caçá-los durante a fuga, escolhia-se quase sempre o elemento mestiço reacionário, que não aceitava sua condição, mas cuja função social de mando e autoridade compensava essa frustração genética e cultural.

Para esse fenômeno existia (e ainda existe), um ditado popular: “É da própria madeira do cabo da enxada que se faz a melhor cuia”. A cuia é a peça que fixa o cabo nessa ferramenta. O suicídio e o aborto também eram formas comuns de fuga da

opressão escravagista. Quando isso ocorria, antes do sepultamento dos corpos, os feitores separavam a cabeça do suicida e penduravam-na em lugares altos e visíveis, para que se difundisse a ideia supersticiosa de que o corpo conquistou a liberdade, porém a alma continuava presa na senzala.

Figura 1 – Rio de Janeiro, século XIX. Senhora na liteira e seus escravos.



Fonte: Fotógrafo desconhecido. Instituto Moreira Salles.

4 COMPARANDO DIFERENTES CULTURAS

Antes de estudarmos o Vale do Silício, expressão máxima da cultura empreendedora norte-americana, é preciso conhecer ou recordar algumas causas e consequências da nossa cultura empresarial, as quais emergem como fator comparativo durante a leitura dos textos selecionados.

Muitos questionam os motivos do Brasil não possuir a mesma tradição empreendedora encontrada nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e, atualmente, em alguns países asiáticos.

O questionamento vem à tona principalmente ao tomarmos contato com as

revoluções empresariais, ocorridas recentemente na região da Califórnia, mais conhecida com Vale do Silício. Ali se concentram algumas das empresas mais inovadoras e lucrativas do século XXI, as quais estão construindo uma nova forma de capitalismo global. Lá não somente as coisas são feitas de forma diferente, como também são pensadas e planejadas por mentes educadas para o sucesso. Aliás, nessa região o fracasso não é tratado como desgraça e estigma, como se fosse uma condenação perpétua ao inferno. Pelo contrário, é visto como um pré-requisito natural para quem vai vencer e torna-se caso de estudo e pesquisa referencial aos novos empreendedores.

Empresas surgem nas garagens e estas funcionam como laboratórios experimentais, antes de serem consumidas pelos impostos, despesas ou pela ferocidade da concorrência. Trata-se de uma mentalidade completamente diferente daquela que caracteriza tradicionalmente o empresariado latino-americano, fruto cultural da colonização ibérica (Portugal e Espanha). Estamos falando de tradição histórica, algo mais forte e predominante, porém isso não significa que não haja, nessas regiões, exceções as quais todos conhecem e que são surpreendentes nos resultados financeiros e sociais.

Hoje existem casos isolados em várias regiões latinas, incluindo no Brasil, como ocorre em São José dos Campos, no Vale do Paraíba – Campina Grande, na Paraíba, ou então no Vale da Eletrônica, em Minas Gerais. O mesmo incide no Chile, na Argentina e no México. São casos que merecem ser estudados não somente como exemplos de empreendimento liberal privado, como também de uma política governamental fomentadora dessas iniciativas.

5 PROBLEMATIZANDO

Afinal, quais são as diferenças entre o Brasil e os EUA, especificamente nesse aspecto de cultura do trabalho e mentalidade empreendedora?

Elas são grandes e de longa data, logo, uma mentalidade e um hábito não se formam da noite para o dia. As raízes estão nas origens do capitalismo, cujo formato mercantil se instalou de forma diferenciada na colonização implantada a partir do século XVI.

Como entender essas diferenças senão nos aprofundando como pensa e como age o empreendedor anglo-saxão, especificamente aquele o qual desenvolveu na América do Norte uma forma inovadora e mais adaptável aos obstáculos do mercado e das intervenções governamentais?

Como reflexão e bases de uma pesquisa mais acurada, teríamos explicar inicialmente tais pontos deste artigo:

- As origens históricas das duas colônias.
- As bases econômicas daqueles empreendimentos.
- As características sociais das populações coloniais.
- perfil administrativo ou gestor (público e privado) identificado nas respectivas economias coloniais.
- As características religiosas das respectivas sociedades e a mentalidade decorrente dessa visão de mundo.
- Fracasso e sucesso na ótica das respectivas culturas.
- Relações políticas entre cidadão governo e Estado nas respectivas sociedades coloniais.

6 OS CONTRASTES PELAS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Com esses pontos de problematização, a partir de reflexões elaboradas por diversos autores, é possível fazer comparações e diferenciar mitos e verdades sobre os hábitos de brasileiros e anglo-saxônicos.

BRASIL

- Colônia de Exploração, grandes propriedades, produção monocultora voltada para o mercado externo, economia dependente, mão de obra escrava predominante, concentração de renda nos latifúndios.
- Classes sociais dirigentes mais ligadas e submissas aos valores das metrópoles colonizadoras; tendência ao subdesenvolvimento, administração pública externa fiscalista, vulnerável à corrupção e ineficiência.
- Mentalidade conservadora e retrógrada nas classes políticas e nas classes

empreendedoras.

- Influência religiosa católica, partidária do Antigo Regime Absolutista, cuja doutrina dogmática condena a riqueza e a prosperidade, apontado-a como um risco de pecado e punição divina, portanto destinada a poucos privilegiados.
- Desvalorização da educação e da organização social livre e democrática. Cultivo do autoritarismo.
- Supervalorização do Estado e diminuição do papel do cidadão. Herança do sistema colonial Português, conhecido como “*stablishment*” aristocrata-burocrático e clerical.

EUA (CENTRO-NORTE)

- Colônias de povoamento, pequenas propriedades, produção policultora voltada para o mercado interno, economia independente, mão de obra livre e familiar, distribuição e circulação de renda entre os pequenos empreendedores locais.
- Classes sociais independentes desligadas dos valores europeus tradicionais.
- Cultura política de relacionamento conflituoso com as classes metropolitanas.
- Valorização da educação e da autonomia social e democrática. Relativização do papel do Estado e valorização da cidadania como suporte dos negócios e do liberalismo.
- Religião protestante, cuja doutrina de salvação associava a salvação com a prosperidade e a conduta empreendedora individualista. Herança dos imigrantes calvinistas expulsos da Europa e que acreditavam no ideal de fazer a América e a si próprio (*made your self ou self made man*). Herança do industrialismo inglês.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças entre brasileiros e norte-americanos são principalmente de natureza cultural, mas ambas são empreendedoras. Portugueses e ingleses, cada qual a seu modo, empreendiam, ou seja, fundavam e operavam negócios na América

dentro de contextos e situações diferenciadas localmente, porém com visões de mundo semelhantes de expansão e conquista de mercados. Tinham características muito próximas ao espírito mercantil do lucro e da prosperidade, dentro dos parâmetros, cujas culturas consideravam legítimas e viáveis. Portugueses e espanhóis foram pioneiros na expansão mercantil exatamente porque assimilaram prematuramente as características e exigências sociais da economia capitalista. Uma leitura panorâmica da comparação dessas características históricas indica também que o empreendedor brasileiro, ao contrário do anglo-saxão, ainda tem muita dificuldade para entender e praticar as regras do capitalismo liberal histórico, livre dos dogmas mercantilistas dos monopólios e privilégios. O empresário brasileiro inclina-se mais ao capitalismo de Estado, controlador e fiscalista. Suas ações são mais dependentes e limitadas pela legislação, pela burocracia e pelo fisco; essas ações visam mais ao desenvolvimento das habilidades políticas e jurídicas (o País dos bacharéis) para quebrar as barreiras fiscalistas do que propriamente ao domínio do mercado pela competitividade. O concorrente primordial são o Estado, sua legislação e sua estrutura burocrática, representados pelos governos que se sucedem, e não os outros empreendedores.

REFERÊNCIAS

DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando Novais. **Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1985.

ROMANO, Ruggiero. **Mecanismos da Conquista Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

WEBBER, Max Webber. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.